PORTO & MAR

Operação padrão afeta exportadores de grãos

Mobilização dos auditores fiscais da Receita Federal tem causado impactos no segmento

ÁGATA LUZ

DA REDAÇÃO A mobilização dos auditores fiscais da Receita Federal vem refletindo no caixa das empresas que exportam soja, farelo de soja e milho via Porto de Santos. Segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), o principal impacto é financeiro, pois as companhias que atuam no setor têm recebido valores com atraso. Em média, cada navio carregado com grãos tem valor estimado de

carga em US\$ 42 milhões

(quase R\$ 200 milhões). O diretor-geral da Anec, Sérgio Mendes, explicou que o complexo portuário santista é responsável por cerca de 30% da exportação nacional de soja, farelo de soja e milho. Ele diz que a operação padrão dos auditores fiscais não atrasa as operações em si, mas atinge diretamente a emissão de certificados fitossanitários – documento essencial para que o exportador receba o pagamento e a carga seja liberada ao chegar no local de destino.

"Não deveria ter problema nenhum, porque navio graneleiro de soja ou milho não tem nada a ver com a operação padrão, mas ocorre que o fiscal que emite o certificado é o mesmo. Uma coisa influencia a outra".



Mobilização dos auditores fiscais da Receita Federal no Porto de Santos teve início em dezembro

po médio para emissão do documento dobrou. "Estava demorando, em média, 48 horas. Hoje está entre quatro e cinco dias, com perspectiva de chegar a 10 dias em curtíssimo prazo". Ele diz que o certificado é essencial para o exportador que recebe o pagamento atrasado e ao cliente que aguarda a mercadoria.

"Outra consequência é Segundo Mendes, o tem- que, se o certificado não che-

ga na hora em que o navio atraca no destino, ele não descarrega. Só pode descarregar a mercadoria depois que recebeu o certificado. Isso é um problema sério", enfatiza, dizendo que, apesar de destes casos serem menos frequentes, acontecem principalmente com países mais próximos ao Brasil.

A estimativa de quase R\$ 200 milhões por embarcação leva em conta um navio carregado com 65 mil toneladas de soja. "Programar-se para receber e ter atraso na liberação do dinheiro impacta a vida de qualquer empresa".

Em busca de uma solução, a Anec enviou uma carta ao Ministério da Economia explicando sobre os impactos da mobilização dos auditores fiscais e pedindo um acordo do Governo Federal com a categoria. "Mas não tivemos uma resposta. Para nós, quanto mais tempo demorar para haver uma solução, é pior".

A Tribuna entrou em contato com o Ministério da Economia, mas a pasta não comentará o assunto.

SINDIFISCO

O Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) de Santos confirmou o tempo de atraso para emissão dos certificados fitossanitários e ainda ressaltou que o prazo para liberação de mercadorias em geral também sofre impacto e vem levando de 15 a 20 dias (exceto medicamentos, cargas vivas, fornecimento de consumo de bordo e perecíveis).

Em nota à Reportagem, o Sindifisco afirmou que lamenta pelos "transtornos e prejuízos que estão sendo causados aos contribuintes, em especial à indústria nacional e ao comércio exterior".

Segundo o sindicato, a intenção da operação padrão não é prejudicar a economia brasileira. "Mas diante de um Governo Federal radical que foge ao diálogo não nos restou outra alternativa senão entrarmos neste movimento".

De acordo com o Sindifisco, não há previsão de término da mobilização, pois não há canal de negociação com o Governo Federal.

OPERAÇÃO PADRÃO

Iniciada em dezembro do ano passado, a mobilização dos auditores fiscais no Porto de Santos foi causada pelo não cumprimento do acordo firmado em 2016, que regulamenta a Lei 13.464/17, que prevê o pagamento de um bônus variável à categoria.

Além disso, o movimento pede o retorno do R\$ 1,2 bilhão, equivalente a mais da metade do orçamento da Receita Federal. A verba seria destinada a investimentos em tecnologia e aprimoramento do órgão, mas foi cortada na tramitação da Lei Orçamentária.